



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

DOUTORAMENTO EM DIREITO

Unidade curricular

Introdução ao Direito Público, Turma A

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular

Vitalino Canas, 2 horas por semana

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Em primeiro lugar, pretende-se avaliar o “estado da arte” no que diz respeito à autonomia do Direito Público, como província do Direito, e da plausibilidade da insistência na separação entre Direito Público e Direito Privado. Para tanto, proceder-se-á no início do seminário a uma revisão dos traços essenciais das várias disciplinas que se inscrevem no domínio clássico do Direito Público, procurando encontrar fundamento – ou rejeitá-lo – para aquela separação.

Em segundo lugar, e ocupando a maior parte do tempo do seminário, visa-se desvendar tendências atuais de desenvolvimento de áreas tradicionalmente colocadas sob o domínio do Direito Público. Em alguns setores essas tendências contribuem para aquilo que parece ser uma mescla entre Direito Público e Direito Privado; noutros, acentuam-se traços tradicionais do Direito Público.

Finalmente, procurar-se-á antecipar linhas de desenvolvimento futuras, preparando os doutorandos para as solicitações que serão previsivelmente dirigidas à investigação e às profissões jurídicas com vista a enfrentar os desafios crescentes gerados por uma sociedade digital, globalizada e potencialmente transportadora de novos riscos e ameaças para os direitos fundamentais, antigos e modernos.

Conteúdos programáticos

Parte I

Revisão de conceitos essenciais do Direito Público

1. Direito Privado e Direito Público: origem e atualidade da divisão clássica
2. Revisão dos pilares essenciais dos principais ramos do Direito Público e das suas fontes
 - 2.1. Direito Público interno
 - 2.1.1. Direito Constitucional
 - 2.1.2. Direito da Justiça Constitucional
 - 2.1.3. Direito Parlamentar
 - 2.1.4. Direito Regional



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 2.1.5. Direito da Liberdade Religiosa
- 2.1.6. Direito Administrativo geral e vários ramos de Direito Administrativo especial
- 2.1.7. Direito Desportivo
- 2.1.8. Direito Tributário
- 2.2. Direito Público Internacional

Parte II

Tendências atuais do Direito Público (perspetiva comparada)

Tópicos a desenvolver:

- A constitucionalização da sociedade e a socialização da Constituição: a Constituição como codificação das relações políticas e sociais. Reflexos na teoria da Constituição.
- Generalização e alargamento das instâncias de controlo da constitucionalidade e da legalidade, plenitude da aplicação de um princípio da tutela jurisdicional efetiva (estudo de casos: Portugal, Brasil).
- Alargamento do Direito Público de fonte jurisprudencial, designadamente pela ação dos órgãos de justiça constitucional (estudo de casos: Brasil, EUA, Alemanha).
- Direito Público principiológico. Progressiva sujeição a normas-princípio do legislador, do administrador e do juiz.
- Os princípios fundamentais do Direito Público, com especial ênfase nos princípios da igualdade, da proporcionalidade, da proteção da confiança, da imparcialidade e da neutralidade.
- Progressiva instalação de mecanismos de ponderação como técnicas de superação de colisões normativas pelo legislador, pelo administrador e pelo juiz.
- O Direito Público da descentralização e da desconcentração administrativa e das instâncias administrativas subnacionais com significativa autonomia.
- A transformação involuntária de particulares em órgãos e agentes da Administração Pública: os regimes de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo e de prevenção do uso abusivo das plataformas digitais.
- Normalização dos regimes de Direito Público de exceção constitucional e administrativa.
- Papel crescente da inteligência artificial: o constitucionalismo digital, a Administração Pública digital, a Justiça digital; promessas e limites.
- A internacionalização dos direitos fundamentais.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- A transferência da soberania para entidades internacionais e supranacionais; ordenamentos jurídicos multinível.

Parte III

O Direito Público do futuro

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos pretendem abrir o caminho a linhas de investigação em domínios de presente evolução do Direito Público.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Funciona-se em regime de seminário, com apresentação de temas por parte do docente e apresentação de trabalhos nas aulas pelos doutorandos, com discussão subsequente.

A avaliação baseia-se na participação nas aulas (25%), na apresentação de trabalho (25%) e num relatório escrito (50%).

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

Bibliografia

O regente tem publicado trabalhos que abordam alguns conteúdos do seminário. Entre os últimos:

Livros e monografias

- *O Princípio da Proibição do Excesso na Conformação e no Controlo de Atos Legislativos*, Almedina, Coimbra, 2017 (1.ª reimpressão, 2019).
- *Harmonização e Ponderação. Uma Perspetiva Comparada sobre Portugal e Brasil* (coord.), AAFDL, Lisboa, 2020.
- *Discricionariedade, Vinculação, Proporcionalidade*, AAFDL, Lisboa, 2021.

Artigos

- “Uma missão para um novo Código Administrativo”, *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Alberto Xavier*, vol. III, Almedina, Coimbra, 2013, pp. 763-786.
- “Portugal”, in Gerhard Robbers (ed.), *Encyclopedia of Law and Religion*, http://dx.doi.org/10.1163/2405-9749_elr_COM_00000091
- “O império da exceção: a inevitabilidade do autoritarismo em democracia”, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, ano LXI, n.º 1 (2020) pp. 813-827.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- “Social rights’ collisions: the role of proportionality and other standards”, in *e-publica*, vol. 8, n.º 2 (setembro de 2021), pp. 69-104. Acessível em: <https://www.e-publica.pt/volumes/v8n2/pdf/a6n2v8.pdf>
- “Proibição do Excesso, Proibição do Defeito e Garantia do Conteúdo Mínimo nas Colisões de Direitos Sociais”, in *Revista de Direito Público, Brasília*, Volume 19, n. 101 (jan./mar. 2022), pp. 586-660. Acessível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/6420/2579>
- “Discrecionariade, vinculação, proporcionalidade”, *Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura*, vol. 23 (2022), pp. 135-185.

No ano letivo de 2023-24 serão publicados dois volumes referentes à temática da Justiça Constitucional (acessíveis aos membros do seminário em pré-publicação).

A demais bibliografia será objeto de escolha em articulação com os membros do seminário, tendo em conta os tópicos por eles escolhidos.

Curricular unit sheet

Curricular unit

Public Law, Class A

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

Vitalino Canas, 2 hours per week

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

Not applicable

Learning outcomes of the curricular unit

Firstly, we intend to assess the “state of the art” with regard to the autonomy of Public Law, as a province of Law, and



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

the plausibility of insisting on the separation between Public Law and Private Law. To this end, at the beginning of the seminar, a review of the essential traits of the various disciplines that fall within the classical domain of Public Law will be carried out, seeking to find a basis – or reject it – for that separation.

Secondly, and occupying most of the seminar's time, the aim is to unveil current trends in the development of areas traditionally placed under the domain of Public Law. In some quarters these trends contribute to what appears to be a blending of public law and private law; in others, traditional traits of Public Law are accentuated.

Finally, efforts will be made to anticipate future lines of development, preparing phd students for the requests that will predictably be addressed to research and the legal professions in order to face the growing challenges generated by a digital, globalized society that potentially carries new risks and threats to fundamental rights, ancient and modern.

Syllabus

Part I

Review of essential concepts of Public Law

1. Private Law and Public Law: origin and relevance of the classic division
2. Review of the essential pillars of the main branches of Public Law and their sources
 - 2.1. Domestic Public Law
 - 2.1.1. Constitutional Law
 - 2.1.2. Constitutional Justice Law
 - 2.1.3. Parliamentary Law
 - 2.1.4. Regional Law
 - 2.1.5. Law of Religious Freedom
 - 2.1.6. General Administrative Law and various branches of special Administrative Law
 - 2.1.7. Sports Law
 - 2.1.8. Tax law
 - 2.2. International Public Law

Part II

Current trends in Public Law (comparative perspective)

Topics to be developed:

- The constitutionalization of society and the socialization of the Constitution: the Constitution as a codification of political and social relations. Reflections on the theory of the Constitution.
- Generalization and expansion of the constitutionality and legality control, full application of a principle of effective judicial protection (case studies Portugal, Brazil).
- Expansion of Public Law from jurisprudential sources, namely through the action of constitutional justice bodies



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

(case studies: Brazil, USA, Germany).

- Principled Public Law. Progressive subjection to principle-norms of the legislator, the administrator and the judge.
- The fundamental principles of Public Law, with special emphasis on the principles of equality, proportionality, protection of trust, impartiality, neutrality.
- Progressive installation of weighting mechanisms as techniques for overcoming normative collisions by the legislator, the administrator and the judge.
- The Public Law of administrative decentralization and de-concentration and of subnational administrative instances with significant autonomy.
- The involuntary transformation of individuals into bodies and agents of the Public Administration: regimes to combat money laundering and terrorist financing and to prevent the abusive use of digital platforms.
- Normalization of a Public Law of exception both constitutional and administrative.
- Growing role of artificial intelligence: digital constitutionalism, digital public administration, digital justice; promises and limits.
- The internationalization of fundamental rights.
- The transfer of sovereignty to international and supranational entities; multilevel legal systems.

Part III

The Public Law of the future

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

Teaching methodologies (including evaluation)

We will be working as a permanent seminar, with presentation of themes by the professor and presentation of work in class by phd students, with subsequent discussion.

Assessment is based on class participation (25%), work presentation (25%) and a written report (50%).

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

Main Bibliography

The regent has published works that address some of the contents of the seminar.

Books and monographs

- *O Princípio da Proibição do Excesso na Conformação e no Controlo de Atos Legislativos*, Almedina, Coimbra, 2017 (1.^a reimpressão, 2019).
- *Harmonização e Ponderação. Uma Perspetiva Comparada sobre Portugal e Brasil* (coord.), AAFDL, Lisboa,



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

2020.

- *Discrecionariiedade, Vinculação, Proporcionalidade*, AAFDL, Lisboa, 2021.

Articles

- “Uma missão para um novo Código Administrativo”, *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Alberto Xavier*, vol. III, Almedina, Coimbra, 2013, pp. 763-786.

- “Portugal”, in Gerhard Robbers (ed.), *Encyclopedia of Law and Religion*, http://dx.doi.org/10.1163/2405-9749_elr_COM_00000091

- “O império da exceção: a inevitabilidade do autoritarismo em democracia”, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, ano LXI, n.º 1 (2020) pp. 813-827.

- “Social rights’ collisions: the role of proportionality and other standards”, in *e-publica*, vol. 8, n.º 2 (setembro de 2021), pp. 69-104. Acessível em: <https://www.e-publica.pt/volumes/v8n2/pdf/a6n2v8.pdf>

- “Proibição do Excesso, Proibição do Defeito e Garantia do Conteúdo Mínimo nas Colisões de Direitos Sociais”, in *Revista de Direito Público, Brasília*, Volume 19, n. 101 (jan./mar. 2022), pp. 586-660. Acessível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/6420/2579>

- “Discrecionariiedade, vinculação, proporcionalidade”, *Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura*, vol. 23 (2022), pp. 135-185.

In the 2023-24 academic year, two volumes will be published on the subject of Constitutional Justice (accessible to seminar members in pre-publication).

The other bibliography will be chosen in conjunction with the participants of the seminar, taking into account the topics chosen by them.